

sindicato. A relação de nosso sindicato com a Central Única dos Trabalhadores- CUT-, já vem sendo tema de discussão faz tempo, em especial, desde o período em que a Central passa a sofrer um processo de adaptação ao sistema quando adere a propostas governamentais e passa a ter como fonte de seu sustento os convênios com o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), ainda no governo Fernando Henrique. Quando se inicia o governo Luis Inácio, a maioria da direção da Central assume uma postura de (...) braço efetivo do governo, sustentando as políticas governamentais e adequando sua ação sindical àqueles interesses. A postura assumida frente à reforma da previdência foi o exemplo mais claro.

A experiência dos trabalhadores docentes do ANDES-SN com a Central tem indicado que há um esgotamento da relação de representatividade dos seus interesses neste instrumento que durante duas décadas foi poderoso na luta por melhores condições de trabalho, salário e vida dos trabalhadores brasileiros.

Há clareza de que a Central tem uma direção que tem posições diferentes em relação às questões da conjuntura e sua postura frente ao governo, mas de fato a direção majoritária imprime uma dinâmica que não parece ter retorno. Não há possibilidade de manter autonomia política frente ao governo e assegurar a democracia na Central. Esta avaliação sustenta a posição de indicar a desfiliação do ANDES-SN da Central, o que será feito neste Congresso, caso a categoria defina por isso nas instâncias de base e no próprio evento. Para nós, o desafio é assegurar a mais ampla e democrática unidade daqueles que querem lutar pelos interesses e direitos dos trabalhadores brasileiros. Contudo, avaliamos que o problema não se resume a uma forma organizativa, mas sim, à capacidade de mobilização e organização que tem que ser gestada nas lutas e coletivamente pela classe. A Conlutas é uma frente importante de luta e o ANDES-SN está nesse processo defendendo que ela seja o mais ampla possível, radicalmente democrática e unitária, a fim de servir para aglutinar os lutadores. Se vamos a uma nova Central, é cedo para afirmar, porque demanda um longo processo de debate que deve ser realizado a partir das bases



Marina Barbosa comanda reunião durante o 49º CONAD

das categorias e em consonância com o grau e a qualidade da experiência de cada setor com a política do governo Lula da Silva.

O central neste momento é construir mecanismos para juntar os trabalhadores para resistir aos ataques que o governo tem desferido e conseguir vencer o cerco que os setores que querem atrelar o movimento sindical ao governo tentam impor ao movimento.

P- Qual o futuro do sindicalismo e do ANDES-SN, a partir da Reforma Sindical que o governo pretende enviar ao Congresso Nacional em março?

R- O projeto de reforma sindical apresentado pelo governo, elaborado no Fórum Nacional do Trabalho, com a participação das Centrais Sindicais, com destaque para a CUT, traz um conjunto de reformulações para a organização dos trabalhadores que, numa primeira análise, nos permite afirmar que serve à preparação do caminho para a reforma trabalhista e reorganiza os sindicatos conferindo às Centrais Sindicais uma maior concentração de poder sobre a definição dos acordos e dissídios.

O movimento sindical combativo já acumulou análises e propostas de alteração da atual estrutura sindical brasileira que desde sua origem definiu um sindicalismo atrelado ao estado. Na luta pela autonomia e independência sindical surgiu a CUT e se consolida-

ram organizações nacionais como o ANDES-SN, que rompendo com a oficialidade possibilitou uma organização dos trabalhadores a serviço de suas lutas.

A reforma sindical não só ameaça essa organização como redefine o papel dos sindicatos e atrela suas lutas a definições jurídicas e estadistas que de fato levam a uma subordinação das instâncias de organização de base à cúpula das Centrais e distancia a decisão dos conflitos entre patrões e empregados, dos trabalhadores.

Para os servidores públicos, o debate sobre sua organização ainda segue e será objeto de regulamentação posterior, a partir das diretrizes do projeto geral. Mas é possível avaliar, de acordo com o que tem sido apresentado, que o projeto de reforma visa desmontar a organização construída até aqui, pois prevalece a lógica de retirada de poder da base. Além disso, sob o argumento de acabar com o imposto sindical- prática não exercida pelo ANDES-SN- apresenta uma nova taxa sobre as negociações que eleva a cobrança sobre o salário do trabalhador e redistribui a arrecadação, ajustando valores para as Centrais e assegurando ainda percentual para o estado.

Destacamos a prerrogativa que é dada, por este projeto, à Central Sindical de criar uma nova entidade onde o seu reconhecimento será por “representação derivada”, nos dias atuais. Isso

significa um atrelamento dos sindicatos aos interesses da direção da cúpula sindical. Aos que ousarem criticar ou ter posição diferente, a resposta será o reconhecimento oficial daqueles que forem uma representação mais conveniente aos interesses dos que dirigem o processo. Em tempos de atrelamento político e financeiro de setores do sindicalismo brasileiro e de práticas extremamente nefastas de construção de entidades paralelas que melhor agradem às políticas em curso do governo e aos interesses de setores majoritários no movimento sindical, nos parece que será de fato oficializada essa postura. Aos que queiram se manter fiéis aos princípios da autonomia e independência política e à defesa dos projetos históricos dos trabalhadores, resta a luta incondicional e radical contra esse projeto.

P – Qual a sua opinião sobre o Fórum Social Mundial, da importância do evento por si só e para as discussões do ANDES?

R – O ANDES tem uma trajetória de participação ativa no Fórum desde o seu início, pois é um espaço importante de aglutinação de movimentos sociais, de resistência em âmbito mundial. Aqui (no Fórum) há muitas contradições, há movimentos clássicos de trabalhadores, há movimentos mais vinculados ao terceiro setor, há movimentos estudantis que são clássicos também, mas no nosso ponto de vista o central é que nesse espaço se consiga reunir os trabalhadores que estão dispostos a resistir às reformas que estão sendo implementadas de canto a canto nesse planeta. E o ANDES teve uma intervenção importante devido a uma oficina muito especial, pois reuniu trabalhadores da área da educação superior da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e dos Estados Unidos para discutir a reforma do ensino superior nas Américas. Esse é o papel que achamos que o ANDES tem que cumprir: servir de elemento aglutinador para o debate de idéias, para a composição de propostas. Também realizamos reuniões do sindicato com o movimento estudantil, com outros sindicatos para que possamos estar discutindo a unidade, a resistência, a defesa dos interesses dos trabalhadores. Então, o Fórum para nós é um espaço privilegiado onde se juntam aqueles que querem lutar.

“Governo destrói a autonomia universitária”